

A EXALTAÇÃO DO INDIVÍDUO COMO FORMA DE EDUCAÇÃO CÍVICA NOS COMPÊNDIOS ESCOLARES

Sergio Ricardo Pereira Cardoso — Elomar Tambara



RESUMO: Este trabalho focaliza os compêndios escolares de História do Rio Grande do Sul durante a República Velha, mais especificamente a obra “História do Rio Grande do Sul para o Ensino Cívico”, de João Maia. Diante da implantação da República procurou-se estabelecer relações entre o civismo e o moralismo exigido pela construção da nova pátria. Procurou-se, dessa forma, analisar as alterações das diversas edições do compêndio em questão ao longo das fases do Partido Republicano Riograndense (PRR) no panorama nacional e regional. Como conclusões parciais salientou-se a progressiva exaltação do civismo individual como forma de legitimar as elites do PRR nos governos do RS.

PALAVRAS-CHAVE: Castilhismo; Educação; Compêndios.

ABSTRACT: This work focuses the school compendiums of History of the county of Rio Grande do Sul during the Old Republic, more specifically the compendium “History of the RS for Civic Education”, by João Maia. Ahead of the implantation of the Republic it was looked to establish relations between the patriotism and the moral ethics demanded for the construction of the new native land. It is looked, of this form, to analyze the alterations of diverse editions of the compendium in question throughout the phases of the PRR in the national and regional panorama. As partial conclusions we point out the gradual dither of the individual patriotism as form to legitimize the elites of the PRR in the governments of the RS.

KEYWORDS: “Castilhismo”; Education; Compendiums.



1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste escrito é analisar a exaltação do castilhismo nos livros didáticos de História do Rio Grande do Sul durante a Primeira República, mais especificamente o livro didático “História do Rio grande do Sul para o Ensino Cívico”, editado por João Maia. A escolha da referida obra é devida ao fato desta ter sido editada e utilizada oficialmente pelo Estado do RS durante todo o governo de Borges de Medeiros, ratificada pela seguinte inscrição nas capas ou contra-capas: “Aprovada pelo Conselho Escolar e adoptada pelo Inspector Geral da Instrucção Publica do Estado”, dando assim um panorama geral de como eram os compêndios escolares de História do RS durante a República Velha.

O livro didático “faz parte da vida escolar desde que escola é escola” (Munakata, 2002, p. 91), pois quando a escola moderna torna-se uma instituição, configurando-se historicamente como um local onde se aprende a ler e a escrever, o livro didático torna-se essencial. A historicidade do livro didático motiva cada vez mais pesquisas sobre seus diferentes usos e suas relações, não só com a educação, mas também em sua “materialidade e historicidade”, o que provoca a ampliação de seu campo investigativo (Munakata, 2003). Sobre as pesquisas do livro didático, Alain Choppin ratifica:

Após ter sido negligenciado, tanto pelos historiadores quanto pelos bibliógrafos, os livros didáticos vêm suscitando um vivo interesse entre os pesquisadores de uns trinta anos para cá. Desde então, a história dos livros e das edições didáticas passou a constituir um domínio de pesquisa em pleno desenvolvimento, em um número cada vez maior de países (Choppin, 2004, p. 549).

Os pesquisadores brasileiros têm se debruçado sobre livros didáticos de História do Brasil e História Geral. No entanto, emerge daí a seguinte questão: E os livros didáticos de caráter regional? Pois bem, esta problemática remete aos compêndios escolares de História do Rio Grande do Sul, mas temos certeza de que tal pesquisa fomentará futuros estudos nos outros Estados do Brasil, além de enriquecer a historiografia da educação brasileira e sul-riograndense.

Ao estudar livros didáticos, Alain Choppin realça que “a primeira dificuldade relaciona-se à própria definição do objeto, o que se traduz muito bem na diversidade do vocabulário e na instabilidade dos usos lexicais. Na maioria das línguas, o ‘livro didático’ é designado de inúmeras maneiras” (Choppin, 2004, p. 549). Para amenizar esse problema, resolveu-se utilizar, para a análise do objeto em questão, a seguinte designação de “compêndio”:

s.m. Epítome, resumo do mais substancial, ou das noções elementares de alguma arte, sciencia, ou preceitos: v.g. compendio da doutrina de lógica, de direito natural: e fig. B. Flor 2113. (Roma) Compendio do Universo §. Em compendio; loc. adv. Resumidamente. (Silva, 1858, p. 501).

Com a política do livro didático adotada no Estado Novo, o Decreto Lei 1.006, de 30/12/1938, define, pela primeira vez, o que deve ser entendido por livro didático. Nesta definição, percebe-se claramente a associação entre livros didáticos e compêndios:

Art. 2º, §1º – Compêndios são livros que exponham total ou parcialmente a matéria das disciplinas constantes dos programas escolares; §2º - Livros de leitura de classe são os livros usados para leitura dos alunos em aula; tais livros também são

chamados de texto, livro texto, compêndio escolar, livro escolar, livro de classe, manual, livro didático (Oliveira, 1980, p. 13).

2. O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL NO IMPÉRIO E NA REPÚBLICA VELHA

A criação do Liceu D. Afonso, em 1851, cujo currículo escolar estava fortemente influenciado pelo Colégio Pedro II, foi de suma importância para a articulação do estudo didático da História do Rio Grande do Sul. Para tal, foi indicado o compêndio “Anais da Província de São Pedro”, de José Feliciano Fernandes Pinheiro (1982), conforme Tambara & Arriada (2004):

N. 44 – Regulamento de 24 de janeiro de 1859, alterando algumas disposições do de n. 6 do de 1º de junho de 1857, relativamente à instrução primária. [...] ART. 96 – Em quanto o Conselho Diretor não marcar os livros, e compêndios para o uso das escolas, os Professores usarão principalmente dos constantes na tabella annexa. [...] Tabella a que se refere o artigo 96 do Regulamento n. 44, desta data [...]. Annaes da Província de São Pedro do Sul, pelo Visconde de S. Leopoldo” (Tambara; Arriada, 2004).

Até então, o currículo de História, no ensino secundário, não privilegiava os aspectos regionais. Esta situação só começa a ser explicitada a partir de 1859, como mostra Tambara & Arriada (2004):

N. 48 – Regulamento de 29 de janeiro de 1859, argumentando as aulas do Lycêo D. Affonso e dando-lhes o respectivo programma do estudo. [...] 4º ANNO – 7ª CADEIRA [...] História do Brasil, e especialmente da Província de S. Pedro do Sul (Idem, ibidem).

É importante perceber que a obra de José Feliciano Fernandes Pinheiro não é uma obra propriamente didática. Essa obra foi escolhida por ser a única que dava uma noção “global”, para os parâmetros da época, da História da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Com o implemento da República, percebe-se um crescimento de livros sobre história do Rio Grande do Sul direcionado ao ensino, pois o federalismo da Constituição de 1891 definiu aos Estados a atribuição de organizar os seus sistemas escolares, sem fixar as diretrizes gerais de uma política educacional.

No Rio Grande do Sul, os ideais positivistas são inseridos no sistema educacional gaúcho principalmente no governo de Júlio de Castilho, estendendo-se por todo o mandato de Borges de Medeiros. A Constituição de 1891 considerava o Estado como sendo o responsável direto dos deveres constitucionais na área de escola primária, que compreenderia o ensino elementar e complementar.

O projeto positivista durante a Primeira República no Estado do RS está intrinsecamente relacionado com a condição histórico-social local, permitindo uma experiência distinta do restante do Brasil. Além disso, é preciso assinalar igualmente que o pensamento de Comte, com suas variações, penetrou na realidade gaúcha por outros caminhos, sobretudo pela ação do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Tal partido, hegemônico no Rio Grande do Sul ao longo da I República, tinha como base doutrinária uma versão própria do positivismo, o castilhismo (por alusão ao presidente do Estado Júlio de Castilhos), que foi institucionalizado através da Constituição Estadual de 1891.

Além desta vertente política, as concepções de Comte difundiram-se por diversos níveis da sociedade local, sobretudo

entre os intelectuais, mas também na vida cotidiana. Educação e Positivismo começam a andar de mãos dadas. Sobre este aspecto do positivismo, Elomar Tambara acrescenta:

Ao ensino elementar era dedicada uma atenção especial, de tal forma que nest área a corrente positivista admitia uma exceção, e atribuía ao Estado a eventual participação direta na área de ensino, reservando à iniciativa privada o ensino secundário e superior [...]. Na verdade, esta ainda era uma situação transitória, pois quando da implantação da sociocracia, o ensino elementar (até os 14 anos) seria ministrado no lar, pela mulher [...]. Entretanto, enquanto esse tipo de organização social não se implantasse, era preciso interferir nas instituições vigentes, com a finalidade de adequá-las o mais possível à “doutrina” (Tambara, 1995, p. 102).

O sistema educacional elementar abrangia o ensino de crianças de ambos os sexos a partir de sete anos de idade. Este compreendia as seguintes disciplinas:

Ensino prático de língua portuguesa; Contar e calcular; Aritmética prática até regra de três, mediante processos concretos e após abstratos; Sistema métrico, prático e geometria; Elementos de geografia mediante o uso de mapas; História do Brasil e do Estado; Lição de cousas e noções concretas de ciências físicas e naturais; Elementos de música vocal; Ginástica, e Desenho¹ [Grifos nossos].

Já as disciplinas do ensino complementar eram as seguintes: “Português, Francês, Alemão, Geografia, História, Pedagogia, Noções de direito pátrio, Aritmética, Álgebra, Geometria e trigonometria, Física – noções de Mecânica, Química, Desenho, e Música.”² É notório o fato de que a instrução

moral e cívica não possuía nenhuma disciplina explícita; nos referidos livros didáticos publicados durante a República Velha, no entanto, a exaltação constante de ilustres figuras da história do Rio Grande do Sul procurava difundir o civismo e a moral, pois, pela educação moralizadora, tanto Júlio de Castilho como Borges de Medeiros faziam da educação estadual gaúcha um instrumento de difusão dos ideais positivistas.



Borges de Medeiros (1863-1961)

3. JOÃO CÂNDIDO MAIA E A HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL PARA O ENSINO CÍVICO

De acordo com Villas-Bôas (1974:293) João Cândido Maia foi “ensaísta, historiador, contista, jornalista e romancista”. Maia escreveu “*História do Rio Grande do Sul – Para o Ensino Cívico*, 1ª Ed. 1898, 217 págs. Liv. e Tip. de Franco & Irmãos, P. Alegre; 4ª Ed. 1904, 240 págs. Rodolfo José Machado Editor, P. Alegre; 5ª Ed. 1907, 241 págs. Liv. Selbach, P. Alegre”.

A respeito das edições da obra em questão, prefere-se a observação de Martins (1978, p. 338): “Várias edições a partir de 1902”. No entanto, Martins se equivocou na data inicial das novas edições deste livro; há uma edição de 1900 da referida obra, que comprova isso, pois na capa há a expressão “Nova Edição”.

As capas dos Compêndios de História do RS de autoria de João Maia em edições posteriores a 1900 explicitam as preocupações da educação estadual em relação ao civismo, representadas pela expressão “História do Rio Grande do Sul para o Ensino Cívico”; até então, lia-se apenas “História do Rio Grande do Sul para o Ensino”.



Os títulos dos livros de João Maia deixam claro que a História do RS do currículo escolar não era qualquer história, mas sim uma história que educasse para o civismo. Os exemplos cívicos e morais eram a essência da construção da nova pátria republicana, que tinham como função dar ao aluno uma educação que lhe possibilitasse ser um cidadão fiel e amante da pátria.

Uma das características da obra didática de Maia é a exaltação dos grandes personagens da História gaúcha. “O bravo e popular coronel Bento Gonçalves da Silva, comandante superior de toda a guarda nacional da província e também da fronteira de

Jaguarão” (Maia, 1900, p.101) é um destes nomes que são exaltados. Há, inclusive, um capítulo destinado a estes grandes nomes: “Primeiro bispo da província. – Outros rio-grandenses illustres”. Nos anos seguintes ao da quinta edição corrigida, Maia acrescenta mais rio-grandenses ilustres ao capítulo citado, além de outro capítulo denominado “Varões Ilustres do Estado”, destinado segundo Maia (1920, p. 208) aos “servidores illustres da República, já falecidos no Estado do Rio Grande do Sul”.

Convém salientar a diferença entre história tradicional e história positivista; enquanto aquela diz respeito à enumeração de fatos e o engrandecimento de indivíduos, a História pregada por Comte procurava fugir deste paradigma. Comte (1869, p. 06-14) pregava que a verdadeira História deveria se fixar nas civilizações e não nos homens. Ao expor sua “Filosofia da História”, Comte destaca apenas o que é geral, sendo a História de caráter científico tipicamente abstrata, e não de indivíduos particulares.

Todas as obras históricas escritas até hoje [1822], mesmo as mais recomendáveis, não tiveram (...) senão o caráter de anais, isto é, de descrição e de disposição cronológica de uma certa série de fatos particulares, mais ou menos exatos, mas sempre isolados entre si. Sem dúvida, as considerações relativas à coordenação e à filiação dos fenômenos políticos não foram nelas inteiramente desprezadas, principalmente desde meio século. Mas é claro que esta miscelânea não refundiu ainda o caráter deste gênero de composição, que não cessou de ser literário (...). Não existe até hoje verdadeira história, concebida em um espírito científico, isto é, tendo por fim a pesquisa das leis que presidem ao desenvolvimento social da espécie humana (Comte, 1899, p. 199).

Dessa forma, é fácil perceber que, apesar de servir ao Partido Republicano, a História promovida pelos livros didáticos de Maia, pode ser chamada de Tradicional, mas não de Positivista. Afinal, “os sistemas de idéias não guardam, no contato com o dinamismo e a diversidade da vida social, a coerência interna que buscam ou apregoam na inércia das páginas impressas” (Boeira, 1980, p. 34).

A história contada por Maia “é uma narrativa cronológica dos principais acontecimentos, notando-se a tendência de transformar cada ato em lição de amor à pátria” (Flores, 1989, p. 35). Luiz Henrique Torres acrescenta que, para Maia, “o rio-grandense seria eminentemente brasileiro, rebelado contra a opressão monarquista, apresentando uma formação luso-açoriana e brasileira” (Torres, 2004, p. 113).

4. PALAVRAS FINAIS, MAS NÃO DEFINITIVAS

Neste trabalho, fez-se uma breve análise da questão da exaltação de indivíduos na obra didática “História do Rio Grande do Sul para o Ensino Cívico”, de João Maia, editada e reeditada de 1898 a 1927, ou seja, durante todo o governo de Borges de Medeiros.

Havia uma relação estreita entre o Governo Estadual e Maia, pois este chegou inclusive a ser “Inspector da 7ª Região Escolar” (Maia, 1907) e “Serventuário da Justiça em P. Alegre, aposentando-se como oficial de órfãos e ausentes da Comarca de P. Alegre” (Martins, 1978, p. 338). O positivismo absorvido pelo ensino de História do RS sofreu várias distorções, pois se narra mais as histórias individuais do que as coletivas, sendo estas as mais importantes para o positivismo de Comte. Procurou-se, através das ações individuais, o moralismo e o civismo necessários à construção da nova pátria republicana, uma pátria que exaltava e privilegiava uma elite agrária no RS.

O termo “imaginário” é caracterizado, segundo Baczkó (1985:308-9) por uma “polissemia notória”, considerando-a inevitável. Para o autor, o acréscimo do termo “social” designa um “duplo fenômeno”: primeiro a direção da atividade imaginativa para o social — “a produção de representações da ordem social”, incluídos aí os atores sociais, as suas inter-relações e as instituições sociais; em segundo lugar, a “participação da atividade imaginária individual num fenômeno coletivo”. Esse segundo aspecto caracteriza um imaginário específico de cada época, periodicamente renovado. Baczkó chega a formular um conceito de Imaginário, considerando a existência de uma comunidade de imaginação, ou de sentido:

Através dos seus imaginários sociais, uma coletividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais, exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de “bom comportamento” (Baczkó, 1985, p. 309) [grifos nossos].

“Tecnologias do Imaginário”, segundo Juremir Machado da Silva (2003), são “dispositivos (elementos de interferência na consciência e nos territórios afetivos aquém e além dela) de produção de mitos, de visões de mundo e de estilos de vida” (Silva, 2003, p. 22, grifo nosso).

Sob esta perspectiva, o próprio livro (inclusive o compêndio) é uma tecnologia do imaginário, na medida em que durante muito tempo foi até mesmo a única, onde nós “bebíamos” aquilo que educava nossa percepção, nos apropriávamos disso que bebíamos e, daí, forjávamos uma visão de mundo, porque o Imaginário sempre forja uma visão de mundo. Sendo assim, salienta-se a progressiva formação da identidade política gaúcha como forma de legitimar as elites do PRR nos governos do RS, bem como da utilização do referido compêndio como uma importante tecnologia do imaginário social gaúcho.

T & M

Texto recebido em maio de 2006.

Aprovado para publicação em julho de 2006.

5. SOBRE OS AUTORES

Sergio Ricardo Pereira Cardoso é Aluno do Curso de Doutorado em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas (PPGE/UFPEL). Docente de Fundamentos da Educação na UFPEL e de Historiografia na Universidade Católica de Pelotas (UCPEL). Endereço eletrônico: serricardoso@yahoo.com.br.

Elomar Tambara é Doutor em Educação. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado e Doutorado) e Coordenador do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Endereço eletrônico: tambara@ufpel.tche.br.

6. NOTAS

1. Relatórios de 1906 da Assembléia dos representantes do Estado do Rio Grande do Sul em Regulamento da Instrução Pública.
2. Idem.

7. REFERÊNCIAS

BACZKO, Bronislaw. **Imaginação social**. Enciclopédia Einaudi (Antropus-homem). Portugal: Imprensa Nacional, 1985. Vol. 5.

BOEIRA, Nelson. “O Rio Grande de Augusto Comte”. In: DACANAL, J. H.; GONZAGA, S. (Orgs.) **RS: Cultura e Ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

CHOPPIN, Alain. “História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte”. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set./dez. 2004.

COMTE, Auguste. **Cours de philosophie positive**. 3. ed. Paris: J. B. Bailliere Éditeur, 1869. Tome V.

—. “Plano dos trabalhos científicos necessários para reorganizar a sociedade”. In: —. **Opusculos de philosophia social**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1899.

FLORES, Moacyr. **Historiografia: estudos**. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1989.

CARDOSO, SERGIO RICARDO PEREIRA; TAMBARA, Elomar. "A exaltação do indivíduo como forma de educação cívica nos compêndios escolares". *Revista Temas & Matizes* - Unioeste - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - Vol. 5 - Nº 9 - 1º Semestre de 2006, p. 81-88.

MAIA, João Cândido. **História do Rio Grande do Sul para o ensino cívico**. Nova Edição. Porto Alegre: Oficinas a vapor da Livraria Americana, 1900.

———. 5.ed. Porto Alegre: Selbach e Mayer, 1907.

———. Novíssima Edição. Porto Alegre: GLOBO, 1920.

———. Novíssima Edição. Porto Alegre: Selbach, 1927.

MARTINS, Ari. **Escritores do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS-IEL, 1978.

MUNAKATA, Kazumi et al. "Livro didático e formação de professores são incompatíveis?" In: MARFAN, Marilda Almeida (Org.). **Simpósio do Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação: Formação de Professores**. Brasília: MEC, SEF, 2002.

———. **Investigações acerca dos livros escolares no Brasil: das idéias à materialidade**. Texto publicado em CD-ROM: El Colegio de San Luis, 2003 (ISBN 998-7727-87-X).

OLIVEIRA, Alaide L. de. **O livro didático**. Belo Horizonte: Eddal, 1980.

PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. **Anais da Província de São Pedro**. 5.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

Relatórios de 1906 da Assembléia dos representantes do Estado do Rio Grande do Sul em Regulamento da Instrução Pública.

SILVA, Antônio Moraes. **Diccionario da Língua Portuguesa**. 6.ed. Lisboa: Typographia de Antônio José da Rocha, 1858. Tomo I.

SILVA, Juremir Machado da. **As tecnologias do imaginário**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2003.

TAMBARA, Elomar. **Positivismo e Educação**. Pelotas: Ed. Universitária / UFPel, 1995.

—; ARRIADA, Eduardo. **Leis, Atos e Regulamentos sobre a Educação Imperial na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Coleção em CD-ROM. Documentos da Educação Brasileira. Brasília-DF: INEP, 2004.

TORRES, Luiz Henrique. **Brasilidade e Platinidade na Historiografia do Rio Grande do Sul (1819-1975)**. Rio Grande: FURG, 2004.

VILLAS-BÔAS, Pedro. **Notas de bibliografia sul-rio-grandense**. Porto Alegre: A Nação / SEC, 1974.

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

REVISTA TEMAS & MATIZES

Versão eletrônica disponível na internet:

www.unioeste.br/saber